



**ACÓRDÃO Nº819/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11320/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** André de Santa Maria Bindá (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3911/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. René Levy Aguiar**, Diretor-Presidente da FAPEAM (U.G. 16.301), referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 22, III, “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, razão do dano ao erário decorrente de pagamento de despesas com locomoção sem comprovação;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. René Levy Aguiar** no valor de **R\$ 243.362,48** (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ em razão do dano ao erário decorrente de pagamento de despesas com locomoção sem comprovação;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. René Levy Aguiar** no valor de **R\$ 12.500,00** (doze mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 53, *caput*, da LOTCE/AM, em razão do dano ao erário decorrente de pagamento de despesas com locomoção sem comprovação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso



**ACÓRDÃO Nº819/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Recomendar** à atual gestão da Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM que justifique eventual desequilíbrio orçamentário através de notas explicativas em seu balanço;
- 10.5. Determinar** a inclusão no escopo de auditoria da FAPEAM a verificação do processo administrativo instaurado para apuração da responsabilidade pelo sinistro relacionado ao veículo Pick-Up, modelo MMC/L200 AUTDOOR, cor prata, ano 2011/2012, a diesel, RENAVAM nº 0033608232-0, chassi nº 93XHNK740CCB79712, Placa nº OAB-9687;
- 10.6. Dar ciência** da presente decisão:
- a) ao **Sr. René Levy Aguiar**;
  - b) à FAPEAM e ao Ministério Público Estadual, encaminhando-lhes cópia do Relatório-Voto, bem como do Laudo Técnico e do Parecer Ministerial.

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Agosto de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral